

Economia



ALÉM DOS VÍDEOS
YouTube quer virar shopping virtual
Estratégia é competir com gigantes do e-commerce como a Amazon



MAIOR TAXA EM OUTUBRO DESDE 2002

ACIMA DAS EXPECTATIVAS
Com inflação disseminada, IPCA atinge 10,67% em 12 meses, e pode levar BC a alta maior de juros

STEPHANIE TONDO E JULIA NOIA
economist@oglobo.com.br

A inflação de outubro superou as expectativas e mostrou um quadro disseminado de aumento de preços: da comida em casa à energia elétrica, passando por combustíveis e transporte por aplicativo, uma ampla gama de produtos ficou mais cara no mês passado. Com isso, o IPCA, índice oficial de inflação, subiu 1,25%, na maior taxa para outubro desde 2002. Analistas previam alta de 1,06%.

E até mesmo itens que não vinham comprimindo o orçamento do brasileiro passaram a subir, como vestuário e serviços, com a retomada das atividades. Na taxa acumulada em 12 meses até outubro, a inflação atingiu 10,67%, maior patamar desde janeiro de 2016. Na avaliação dos especialistas, o resultado aumenta a pressão sobre o Banco Central (BC) para acelerar a alta de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em dezembro.

Mês passado, o BC já havia aumentado em 1,5 ponto percentual a Taxa Selic, o maior ajuste desde 2002, para corrigir as expectativas e indicar que a inflação pode voltar para a meta no próximo ano. A taxa básica está em 7,75% ao ano.

Agora, parte do mercado já conta com uma elevação mais forte da taxa para conter o avanço de preços. A Ativa Investimentos passou a projetar aumento de 2 pontos percentuais na próxima reunião. "A autoridade monetária terá que se mostrar mais austera do que o matematicamente necessário para buscar a convergência, a fim de mostrar o severo compromisso com o regime de meta de inflação que vem se colocando em descrédito", apontou Éttore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, em nota.

Felipe Sichel, estrategista-chefe do Modalmais, diz que tem sido cada vez mais difícil enxergar adiante "uma reversão da dinâmica inflacionária", ou seja, o fim dessa pressão generalizada no orçamento.

— Teria que ter a materialização de algum choque, como nos preços dos alimentos, ou algum tipo de movimento que provocasse uma apreciação forte da nossa moeda — disse ele, que vê aumento da possibilidade de o BC elevar a Selic em ritmo mais intenso.

O Goldman Sachs aposta numa alta de 1,5 ponto, uma repetição da dose adotada na reunião de outubro, mas vê chance de 20% de o BC aumentar a intensidade.

REVISÃO DE EXPECTATIVAS

O problema é que, ao longo deste ano, as previsões para a trajetória de inflação têm sido revistas repetidas vezes. No começo do ano, acreditava-se que a taxa atingiria o pico em julho e depois declinará. Conforme os meses foram passando, essa expectativa foi sendo postergada, diante da resistência e da disseminação dos preços. Agora, economistas afirmam que o pico pode ocorrer em novembro e depois o índice entraria em trajetória de declínio. No próximo ano, a meta de inflação é de 3,5%, com margem para chegar a até 5% no teto. Diante das incertezas, tornam-se mais comuns as previsões que apontam a inflação de 2022 rondando o teto ou acima do patamar de 5%.

Após o resultado de ontem, bancos e casas de análise revisaram projeções. O JP Morgan elevou as estimativas de 9,6% para 10,3% em 2021. Para o ano que vem, passou de 4,5% para 4,7%. A XP passou a projetar 10,1% para este ano e 5,2% no ano que vem. Já o Credit Suisse elevou a estimativa de 9,8% para 10,2% em 2021, e de 5,8% para 6% em 2022.

"O núcleo da inflação acelerou e superou os níveis observados durante o processo inflacionário de 2015 e 2016", apontou o banco em relatório.

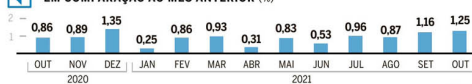
— Todos os nove grupos pesquisados pelo IBGE subiram, evidenciando como a inflação está espalhada.

— Alguns itens, como a gasolina e a energia elétrica, acabam tendo um efeito indireto sobre outros componentes. Tem uma alta do custo de fe-

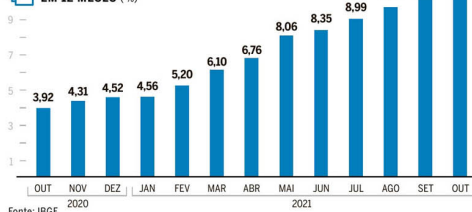
O COMPORTAMENTO DO ÍNDICE

Varição percentual do IPCA

EM COMPARAÇÃO AO MÊS ANTERIOR (%)



EM 12 MESES (%)



Fonte: IBGE

Algumas das principais pressões em outubro

- Gasolina 3,1% (Em 12 meses, ficou 42,72% mais cara)
Passagens aéreas 33,86%
Transporte por aplicativo 19,85%
Alimentação no domicílio 1,32%
Vestuário 1,8%
Energia elétrica 1,16%



"Alguns itens, como a gasolina e a energia elétrica, acabam tendo efeito indireto sobre outros componentes"

Pedro Kislánov, gerente do IPCA

"A autoridade monetária terá que ser mais austera a fim de mostrar o severo compromisso com o regime de inflação"

Éttore Sanchez, economista da Ativa Investimentos



BRENNO CARVALHO

Pressão no orçamento. A dona de casa Geane da Costa teve que retirar a carne do prato. A refeição mais comum hoje em dia é macarrão com salsicha

te e de produção, o que acaba afetando o preço final ao consumidor — ressaltou o gerente do IPCA, Pedro Kislánov.

A gasolina subiu 3,1% no mês e acumulou alta de 42,72% em 12 meses. Foi o maior impacto individual no índice.

— Alta está relacionada aos reajustes que têm sido aplicados nas refinarias pela Petrobras — disse Kislánov.

Outros itens foram influenciados: o transporte por aplicativo ficou 19,85% mais caro este mês. O combustível também afeta a passagem aérea,

que subiu 33,86%.

Com a retomada de atividades, a inflação de serviços subiu 1,04% em outubro. O vestuário teve alta de 1,8%.

No grupo Alimentação, contribuições importantes vieram do café moído (4,57%), do frango em pedaços (4,34%) e do frango inteiro (2,80%).

As carnes bovinas subiram 19,71% em 12 meses, apesar de terem registrado leve recuo em outubro, de 0,04%.

Kislánov explica que a alta do frango é justificada em parte por um efeito de substitui-

ção, com os consumidores deixando de comprar carne bovina e optando pelas aves.

Mas para muitas famílias, nem o frango tem entrado na lista de compras. É o caso da dona de casa Geane da Costa, que tem orçamento de R\$ 2 mil para atender a oito pessoas.

— Vim fazer uma faxina para ajudar nas contas, e meus filhos não tinham o que comer. Só tinha feijão.

Relator dá parecer favorável à desoneração da folha até 2026

Expectativa do deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) é que a proposta seja analisada na próxima semana na CCJ da Câmara

BRASÍLIA

O deputado federal Marcelo Freitas (PSL-MG) apresentou ontem um relatório favorável ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia que são grandes empregadores, responsáveis por seis milhões de postos de trabalho. Ele é o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) da Câmara. A expectativa de Freitas é que a proposta seja analisada na próxima quarta-feira pelo colegiado de forma conclusiva, isto é, sem apresentação de recurso ao plenário. Se isso acontecer, o texto seguirá para o Senado após aprovação no comissão.

— Temos conversado frequentemente com o presidente da Câmara, e há um compromisso do presidente Arthur Lira no sentido de

pautarmos já na próxima quarta-feira e fazermos com que essa matéria, de fato, seja terminativa na CCJ, sem recursos ao plenário, agilizando, portanto, a sua tramitação — disse Freitas ao Jornal Nacional.

A desoneração da folha permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1%

a 4,5%. Entre os 17 setores da economia que podem aderir a esse modelo estão as indústrias têxtil, de calçados, máquinas e equipamentos e proteína animal, construção civil, comunicação e transporte rodoviário.

A desoneração está prevista para acabar no fim deste ano. O projeto, de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB), amplia a medida até 31 de dezembro de 2026. A proposta foi aprova-

da pela comissão de Finanças e Tributação em setembro deste ano.

Em seu parecer, o deputado destacou que a proposta "vai ao encontro da necessidade de alavancar a economia brasileira no contexto em que o país vive".

Ontem, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou que uma nova resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) na próxima semana pode criar as

condições para a prorrogação da desoneração sem a necessidade de usar parte do espaço fiscal aberto com a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

A líder em gestão ambiental.
ambipar.com